

## Abordagem das capacidades de Sen e a desigualdade de gênero

*Raíssa Ramos*<sup>1</sup>

*Fabrcio Pontin*<sup>2</sup>

### 1 Introdução

O pensamento de Amartya Sen sobre a abordagem das capacidades afirma que, no momento de fazer avaliações normativas, o foco deve ser o que as pessoas são capazes de ser e fazer, e não sobre o que podem consumir, ou sobre seus rendimentos. Estes últimos são apenas meios do bem-estar social, enquanto as avaliações e os julgamentos devem se concentrar nas coisas que importam intrinsecamente no indivíduo, ou em suas capacidades.

O autor ressalta que a abordagem das capacidades tem um potencial para aproximar também questões feministas contemporâneas, de modo que o movimento das mulheres tem se concentrado e ampliado em muitas questões sociais, como a saúde e direito ao voto, por exemplo, e não somente a abordagem do bem estar financeiro.

Robeyns, portanto, busca questionar como a abordagem das capacidades de Amartya Sen, que foca na desigualdade, e nas classificações dos estados sociais, e em críticas a alguns trabalhos e literaturas que já

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade La Salle. E-mail: [raissa.201920230@unilasalle.edu.br](mailto:raissa.201920230@unilasalle.edu.br)

<sup>2</sup> Fabrcio Pontin, PhD (Southern Illinois University, 2013) é professor no Programa de Pós-Graduação em Educação, Grupo de Pesquisa em Educação, Cognição e Capacidades (Universidade La Salle, Canoas). E-mail: [fabrcio.pontin@unilasalle.edu.br](mailto:fabrcio.pontin@unilasalle.edu.br)

existem sobre desigualdade e economia do bem-estar, pode também ser usada como base para um estudo sobre a desigualdade de gênero. Seu objetivo neste trabalho, é ressaltar em como a desigualdade entre gêneros pode ser conceituada e avaliada através de uma perspectiva da criação de capacidades para medir distinções, além de como exatamente as situações são medidas e niveladas para entender a desigualdade entre os gêneros em sociedade.

Sen afirma que “a questão da desigualdade de gênero pode ser entendida muito melhor ao comparar as coisas que importam intrinsecamente (como funcionalidades e as capacidades), em vez de apenas os meios para alcançá-los” (Sen 1992). Essa abordagem tem um potencial para aproximar também questões feministas, de modo que a abordagem da capacidade do Sen não fornece uma receita pronta que podemos aplicar para estudar desigualdade de gênero, e sim que apenas fornece uma estrutura geral, e não uma teoria desenvolvida.

Uma das questões que Sen não aborda e nem propõe, é uma lista de quais capacidades que seriam relevantes para avaliar a desigualdade. Robeyns ressalta que já existem vários estudos que medem a desigualdade de gênero nas capacidades, mas que esses índices geralmente comparam países, não indivíduos e que é preciso estudos semelhantes que comparam indivíduos dentro dos países em vez de níveis médios entre países.

Segundo Sen, quando fazemos análises normativas das pessoas, devemos focar nas capacidades. Ele critica literaturas da desigualdade na economia do bem-estar por serem focadas exclusivamente na renda, ou nos recursos. Ao invés disso, as avaliações deveriam se concentrar nas liberdades reais que as pessoas tem durante a vida, e em suas capacidades de realizar atividades, onde muitas vezes só podemos fazer comparações parciais. Seu argumento é contra uma avaliação do bem-estar individual porque tal avaliação pode esconder dimensões importantes e levar a comparações enganosas.

As capacidades são funções potenciais das pessoas, enquanto as funcionalidades são os seres e ações. Nas capacidades, consideramos uma

estrutura moral, propondo que os arranjos sociais devem ser avaliados principalmente de acordo com a extensão de liberdade que as pessoas têm para promover ou alcançar as funcionalidades que eles valorizam. Por outro lado, as funcionalidades são as várias coisas que uma pessoa pode valorizar e tem razão para valorizar fazer ou ser durante a vida. As razões de valores são necessárias porque precisamos examinar nossas motivações para valorizar estilos de vida específicos, e não simplesmente valorizar uma determinada vida Sen refletir sobre ela.

A segunda crítica de Sen, abordada por Robeyns, é a rejeição das avaliações normativas baseadas exclusivamente em commodities, renda ou recursos materiais. Os recursos são apenas os meios para melhorar o bem-estar das pessoas, enquanto a preocupação deve ser a análise das capacidades das pessoas. As teorias baseadas em recursos não reconhecem que as pessoas diferem em suas habilidades para converter seus recursos em capacidades, devido a fatores pessoais, sociais ou ambientais. De fato, as desigualdades de recursos podem ser causas significativas de desigualdades nas capacidades e, portanto, também precisam ser estudadas.

Uma avaliação utilitária só avaliará sua satisfação e não diferenciam entre uma pessoa feliz, saudável, bem protegida, e uma pessoa igualmente feliz, mas insalubre e mal protegida que se adaptou mentalmente à sua situação. Isso é especialmente importante do ponto de vista de gênero porque a utilidade parece ter uma dimensão de gênero. Uma análise completa da desigualdade de gênero não deve apenas mapear as desigualdades de gênero nas funcionalidades e capacidades, mas também analisar quais desigualdades de recursos causam desigualdades de gênero em capacidades e funcionamento. Isso é especialmente importante para avaliar quais políticas podem reduzir as desigualdades de gênero.

Uma análise completa da desigualdade de gênero não deve apenas mapear as desigualdades de gênero nas funcionalidades e capacidades, mas também analisar quais desigualdades de recursos causam desigualdades de gênero em capacidades e funcionamento. Isso é especialmente importante para avaliar quais políticas podem reduzir as desigualdades de

gênero. O artigo de Robeyns tem um objetivo mais limitado de avaliar a desigualdade de gênero nas capacidades, Sen investigar os recursos que causam essas desigualdades, ou as políticas que podem corrigi-las. A abordagem das capacidades é uma estrutura de um pensamento, uma ferramenta normativa, mas não é uma teoria completa que nos traz respostas completas e justificativas para a questão social da desigualdade entre os gêneros.

## **2 Pontos fortes e pontos fracos da abordagem de capacidades de Amartya Sen**

Para o autor, fazer avaliações normativas no espaço das capacidades seria importante para uma análise da desigualdade de gênero, tendo sua perspectiva ressaltando 3 pontos fortes e um ponto fraco, que neste trabalho, os menciono como vantagens e desvantagens.

A primeira vantagem é que as funcionalidades e as capacidades são propriedades dos indivíduos. A abordagem das capacidades de Sen, pode ser uma teoria ética individualista, considerando que cada pessoa será levada em conta nos julgamentos normativos. Por ser, ao mesmo tempo, uma teoria ontológica, ela também considera que as funcionalidades e capacidades são independentes das nossas preocupações com o coletivo. Isso interessa para o bem-estar e análise da desigualdade de gênero porque o individualismo ético rejeita a ideia de que o bem-estar das mulheres pode ser compreendido em entidades mais amplas, como a casa ou a comunidade, Sen negar o impacto das relações sociais. A abordagem das capacidades é, portanto, uma grande melhoria em relação às abordagens padrões de bem-estar na economia.

Existem em algumas abordagens, as suposição sobre as relações de gênero dentro das famílias que são negadas e ignoradas para uma análise da desigualdade intra-doméstica. Indivíduos e famílias são muitas vezes nivelados de maneira injusta, através de suposições da renda das famílias, porém essa abordagem padrão para a medir desigualdade presume que

não há desigualdade dentro das famílias. Essa suposição padrão acaba por ser irrealista, pois nem todos os parceiros compartilham igualmente a renda familiar total. Suposições sobre o grau de compartilhamento dentro da família afetam significativamente a desigualdade e a medição da pobreza. Conceituar e medir a desigualdade de gênero nas funcionalidades e nas capacidades ajudam a evitar esses problemas, uma vez que se concentra na vida que os indivíduos.

A segunda vantagem em usar a abordagem de capacidades para um estudo de desigualdade de gênero, é que tal perspectiva não se limita ao mercado, mas olha para os seres e ações das pessoas em ambientes de mercado e não-mercado. Comparações de desigualdade baseadas apenas na economia de mercado, como comparações de renda, ganhos e emprego, excluem alguns aspectos importantes do bem-estar, como por exemplo o trabalho doméstico. Isso é especialmente importante para a pesquisa sobre desigualdade de gênero pelo fato de que as mulheres passam muito mais tempo fora do mercado do que os homens, importam nas avaliações de gênero relacionadas ao bem-estar e a desvantagem feminina.

Sua terceira e última vantagem sobre a abordagem de capacidades é que ela reconhece explicitamente a diversidade humana, como raça, idade, etnia, gênero, a localização geográfica, entre outras diversidades. Isso precisa ser levado em consideração quando nós estudamos sobre gênero. Sen faz uma crítica à abordagens de desigualdade que assumem que todas as pessoas têm as mesmas funções de utilidade ou são influenciadas da mesma forma. Para ele, a diversidade humana não é uma complicação secundária a ser ignorada ou implementada posteriormente, é um aspecto fundamental do nosso interesse pela igualdade.

Estudiosos feministas têm argumentado que muitas teorias da justiça afirmam abordar a vida de homens e mulheres, mas uma análise mais aprofundada revela que a vida dos homens forma o padrão e as desigualdades e injustiças de gênero são assumidas ou permanecem ocultas, e são,

portanto, indiretamente justificadas. Por exemplo, muitas teorias da justiça afirmam abordar a vida de homens e mulheres, mas que na verdade a vida dos homens é que forma o padrão.

Essas análises nos trazem uma falta de neutralidade de gênero. Como essas teorias, existe uma linguagem neutra em termos de gênero, que obscurece o fato de que a grande parte das experiências reais das pessoas na sociedade, são estruturadas pelo gênero. Ao conceituar a desigualdade de gênero nas capacidades, há mais espaço para explicar a diversidade humana, incluindo a diversidade decorrente do gênero das pessoas.

Em seu trabalho, Robeys cita como desvantagem que o estudos das capacidades decorre de seu personagem não especificado. O igualitarismo de capacidades, estritamente falando, só defende que, ao fazer avaliações de desigualdade, devemos focar nas capacidades. Mas toda avaliação, implícita ou explicitamente, apoia teorias sociais adicionais. Temos resultados normativos bastante divergentes, dependendo de quais teorias sociais adicionamos ao quadro de capacidades. Por exemplo, a discriminação de gênero no mercado pode reduzir o conjunto de capacidades de uma pessoa. Ou mecanismos que formam preferências de gênero, como a socialização, podem ter impacto nas diferentes escolhas que mulheres e homens fazem a partir de seus conjuntos de capacidades.

Assim, uma grande preocupação para as feministas é que a abordagem de capacidades é vulnerável às interpretações e aplicações. É preciso selecionar quais capacidades são importantes para uma abordagem da desigualdade de gênero, tendo em vista que Sen não nos disponibiliza essa lista.

### **3 A justificativa de uma lista de capacidades para um estudo de desigualdade de gênero**

Neste ponto de seu trabalho, Ingrid Robeyns faz uma conexão entre a abordagem das capacidades de Martha Nussbaum e Amartya Sen. Em

primeiro, é importante notar que as versões de Nussbaum e Sen das abordagens das capacidades tem diferentes afirmações teóricas, e suas abordagens envolvem diferentes teorias.

Em “Sen’s capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities”, a autora argumenta que “minha lista se sobrepõem consideravelmente sobre a de Nussbaum, e segue os conceitos de Sen.” Isso acontece, justamente porque as capacidades são oportunidades reais para Amartya Sen, mas para Nussbaum elas também incluem talentos, poderes internos e habilidades. Quando queremos avaliar distinção entre gêneros na sociedade, o pensamento de Sen traz suporte maior para o objetivo do estudo, pois sua preocupação é destacar os aspectos da desigualdade e desvantagem de gênero, Sen delinear por qual processo eles podem ser reduzidos. Isso está de acordo com as capacidades de Sen, que permite uma distinção analítica entre a distribuição de bem-estar social, por um lado, e políticas de redistribuição e retificação, por outro.

#### **4 Cinco critérios para a seleção de capacidades**

O critério de formulação explícita: O critério mais básico é que a lista deve ser explícita, discutido e defendido. Para alguns isso pode parecer um requisito óbvio, como pode ser visto na Nussbaum (1995, 2000) de sua lista. Mas esta não é uma prática comum na economia do bem-estar.

O critério de justificação metodológica: Ao elaborar uma lista, deve-se esclarecer e examinar o método que gerou a lista e justificar como apropriado para o problema.

O critério de sensibilidade ao contexto: O nível de abstração em que a lista é apresentada deve ser apropriado para cumprir os objetivos para os quais estão procurando usar na abordagem de capacidades.

O critério dos diferentes níveis de generalidade: Se a especificação quer levar propostas políticas implementáveis, então, a lista deve ser em uma espécie de lista "ideal". E a elaboração de uma lista mais pragmática que levasse as restrições em consideração.

O critério de exaustão e não redução: O último critério é que as capacidades listadas devem incluir todos os elementos importantes e os elementos incluídos não devem ser redutíveis a outros elementos.

A partir de sua justificativa e seus critérios, Robeyns apresenta sua seleção de capacidades relevantes para um estudo de desigualdade entre gêneros.

1. Vida e saúde física: ser capaz de ser fisicamente saudável e desfrutar de um vida de comprimento normal.
2. Bem-estar mental: ser capaz de ser mentalmente saudável.
3. Integridade e segurança corporal: ser capaz de ser protegido da violência de qualquer tipo
4. Relações sociais: poder fazer parte das redes sociais e dar e receber apoio social.
5. Empoderamento político: poder participar e ter uma feira quota de influência na tomada de decisões políticas.
6. Educação e conhecimento: ser capaz de ser educado e usar e produzir conhecimento.
7. Trabalho doméstico e cuidado fora do mercado: ser capaz de criar filhos e cuidar dos outros.
8. Trabalho remunerado e outros projetos: poder trabalhar no mercado de trabalho ou realizar projetos, inclusive artísticos.
9. Abrigo e meio ambiente: poder ser abrigado e viver em local seguro e ambiente agradável.
10. Mobilidade: ser capaz de ser móvel.
11. Atividades de lazer: poder praticar atividades de lazer.
12. Tempo-autonomia: ser capaz de exercer autonomia na alocação Tempo.
13. Respeito: poder ser respeitado e tratado com dignidade.
14. Religião: ser capaz de escolher viver ou não viver de acordo com uma religião.

Os recursos destacados pela autora são importantes para uma avaliação de desigualdade de gênero na sociedade, conforme exigido pelo critério de formulação explícita. Obviamente, para uma análise aprofundada da desigualdade de gênero nas funcionalidades e capacidades, os itens citados precisam ser que estudados com mais detalhes. Robeyns argumenta que sua lista é criada para ser um trabalho base de futuras contestações, assim como a abordagem das capacidades de Amartya Sen.

## 5 Uma análise entre grupos de capacidades

Em uma análise final, a autora avalia as desigualdades de grupo no espaço de capacidades, e não em funcionalidades alcançadas. Tendo pouca informação direta sobre os níveis de capacidades dos indivíduos, Robeyns considera a desigualdade de gêneros entre de grupos nas funcionalidades alcançadas como indicativo de desigualdades nas capacidades, fazendo uma distinção entre três tipos de grupos de análise, podendo futuramente ser refinado e adaptado em face de novas evidências ou novos argumentos convincentes.

No primeiro grupo, avaliando a saúde física e mental, integridade corporal e segurança, abrigo e meio ambiente, e respeito, a autora afirma que o nível de desigualdade entre homens e mulheres não é digno de contestação porque essas funcionalidades não são intrinsecamente desejáveis. O fato de haver desigualdade de gênero em alguns desses tópicos, não pode ser considerado nem atribuído como preferência. Por exemplo, quando citamos a saúde mental, onde as mulheres sofrem muito mais com depressão e ansiedade do que os homens, não podemos dizer que nenhuma mulher tem vontade de ficar deprimida ou sofrer de ansiedade. Tais aspectos não cabíveis de argumentar que seriam escolhas dos indivíduos.

No grupo 2, tendo a educação e conhecimento, mobilidade, lazer atividades, autonomia do tempo e religião, o argumento seria que este grupo pode ser, futuramente, discordado e argumentado, devido aos diferentes planos de vida dos indivíduos. Nem todos escolhem estudar até que esteja em seus 20 anos ou 30 anos para obter o grau de doutor. Não há razão pra dizer que existem desigualdades profunda das funcionalidades alcançadas, porque elas dependem das diferenças inatas das pessoas.

No terceiro e último grupo, incluindo a relação social, a capacitação política, o trabalho doméstico e cuidados fora do mercado, e trabalho remunerado, Robeyns afirma que não há consenso sobre se as escolhas de gênero são devido à natureza ou ao social. Se houve uma sustentação que

as diferenças de gênero são socialmente construídas e impostas a homens e mulheres, a conclusão seria ser que as desigualdades de gênero em funcionalidades alcançados são injustas, sendo a principal preocupação ética abolir o gênero como o conhecemos socialmente.

Pode-se alinhar esse pensamento com o de John Stuart Mill, onde ele afirma que temos evidências convincentes de que os processos sociais coercitivos restringem e nos moldam. Não sabemos o que homens e mulheres escolheriam se fossem libertos de seus papéis de gênero e, portanto, livres para escolher.

## **6 Considerações finais**

Uma possível resposta, mas na verdade uma resposta construída socialmente, seria que na sociedade, homens e mulheres são iguais perante a lei e, portanto, têm oportunidades iguais, mas mulheres têm menos resultados favoráveis em algumas dimensões porque suas preferências são diferentes. Por exemplo, podemos argumentar que as mulheres teriam uma forte preferência por crianças. Portanto, devemos respeitar as escolhas das mulheres.

Ela contesta essa posição, porque se observarmos desigualdades nos resultados entre homens e mulheres, percebemos que eles não tiveram oportunidades iguais em primeiro lugar. Seguindo a este raciocínio, estaríamos supondo de que a distribuição de preferências entre os grupos é idêntica, ou seja, é muito provável que encontremos homens e mulheres sempre com as mesmas preferências. Dadas as condições sociais existentes, isso não significa que isso é o que elas escolheriam se tivessem as mesmas capacidades desenvolvidas do que os homens, justamente porque as oportunidades para as mulheres terem empregos mais justos, e em boas condições, são menores do que para os homens.

Em conclusão do seu trabalho, a autora oferece uma resposta provisória à perguntas gerais, podendo dizer então que, em média, os homens são mais favorecidos do que mulheres. Conforme observado, em última

análise, a resposta depende dos pesos que um atribui às diferentes funcionalidades que elas desenvolvem

A abordagem das capacidades para um estudo de desigualdade de gêneros não é um projeto de pesquisa concluído, existem abordagens futuras das capacidades para concluir este estudo. Ainda precisamos de dados cuidadosamente coletados, e precisamos promover nossa compreensão da natureza de gênero da formação de preferência e restrições à escolha. Assim que tivermos uma compreensão analítica mais profunda desses fenômenos, podemos perguntar como devemos lidar com eles de uma forma normativa estrutura e progredir com esses estudos

## Referências

Sen, Amartya. 1973. **“On Economic Inequality. Reprinted”** in 1997 by Clarendon Press, Oxford, UK.

Mill, John Stuart. 1869. **“The Subjection of Women”**. Cambridge, MA: MIT Press, reprinted 1970.

Nussbaum, Martha. 1997. **“Capabilities and Human Rights.”** Fordham Law Review 66: 273 – 300.

Ingrid Robeyns. 2003. **“Sen’s capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities”** Feminist Economics 9, 61 – 92